



GASTOS COM EDUCAÇÃO

Fatores econômicos que afetam o desenvolvimento social.
Por Rodrigo Bouyer, **página 2**



GESTÃO ESG PASSARÁ A SER OBRIGATORIA

O manual feito pelo IBGC não deixa desculpa para atrasos.
Por Roberto Gonzalez, **página 2**



PAUTA FISCAL E LUCROS IMPULSIONAM BETS

Não culpem os jogadores: donos das apostas e governo se unem.
Por Marcos de Oliveira, **página 3**

G20 discute governança à margem da ONU

Ministros das Relações Exteriores do Grupo dos 20 (G20) se reuniram na sede da ONU pela primeira vez, nesta quarta-feira, à margem do Debate Geral da 79ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, com foco no tema “Construindo um mundo justo e um planeta sustentável”.

A reunião, presidida pelo Brasil e aberta a todos os Estados-membros da ONU, priorizou debates sobre a reforma da governança global e discutiu medidas globais para combater a fome e a pobreza, promover o desenvolvimento sustentável e uma transição energética justa, além de outras questões.

Philemon Yang, presidente da Assembleia Geral da ONU, disse que o G20 continua sendo uma plataforma crítica para enfrentar os desafios econômicos globais, promover a cooperação internacional e impulsionar o desenvolvimento sustentável.

A reunião dos ministros das Relações Exteriores do G20 ocorreu “em um momento crítico”, quando o “mundo está se unindo em torno da necessidade urgente de revitalizar a arquitetura multilateral, garantindo que ela esteja apta a abordar os problemas desafiantes de hoje”, disse Yang, pedindo ao G20 que tome medidas decisivas para avançar os resultados da Cúpula do Futuro, particularmente na reforma da arquitetura financeira internacional para torná-la mais equitativa e eficaz para todas as nações.

“Os países do G20, representando aproximadamente 60% da população global e contribuindo com cerca de 85% do PIB mundial, têm a responsabilidade de liderar a tarefa de concretizar as metas ambiciosas estabelecidas no Pacto para o Futuro”, disse Yang.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva – o Brasil detém a presidência do G20 em 2024 – disse que o G20 não pode fugir de suas responsabilidades diante das graves crises geradas pelas mudanças climáticas e exigiu ações efetivas do grupo na luta contra a fome e na reforma da gestão das principais instituições multilaterais.

Lula destacou as prioridades da presidência do G20 do Brasil – inclusão social com foco no combate à fome e à desigualdade; mudanças climáticas, que exigem responsabilização efetiva não apenas das nações, mas também de outros setores; e uma reforma no sistema de governança global.

Alta dos juros favorece finanças em detrimento dos investimentos

Custo do capital aumenta, assim como dívida pública

Por **Gilmara Santos**, especial para o Monitor

O aumento da taxa básica de juros, a Selic, não agradou o setor produtivo, que teme que a decisão afete os investimentos no país e, conseqüentemente, tenha impacto direto no crescimento do PIB (Produto Interno Bruto). O professor José Carlos de Souza Filho, da FIA Business School, explica que os impactos do aumento da taxa de juros são negativos nos investimentos por algumas razões.

“Primeiramente, por tornar o crédito em geral mais caro para consumidores, desestimulando o consumo. Isto pode reduzir as encomendas do varejo e, com isto, a produção”, diz. Outro aspecto negativo, lembra ele, é o encarecimento dos investimentos em projetos de infraestrutura como expansões e ampliações de capacidade instalada. “Isto também

repercuta no custo de capital, estimula investimentos financeiros em detrimento de investimentos produtivos e ajudam a desacelerar a economia”, considera o professor.

Para Souza Filho, a taxa de juros pode comprometer a sustentabilidade do crescimento econômico, pois interfere no investimento e principalmente no endividamento público, além de atuar a favor da manutenção de taxas atrativas para os títulos da dívida pública e no endividamento privado com efeito desestimulador no aumento da capacidade produtiva e no consumo. “Contudo, deve haver um equilíbrio para que os estímulos para o crescimento existam, sem, contudo incentivar a fuga de capitais para mercados mais rentáveis”, diz o professor.

“O aumento da Selic encarece o crédito, elevando os custos de produção e diminuindo investimentos, o que pode desacelerar a

economia”, concorda Felipe Vasconcellos, sócio da Equus Capital.

Sidney Lima, analista da Ouro Preto Investimentos, explica que a forma mais direta de um aumento da Selic afetar o setor produtivo se dá pelo fato de que o crédito se “torna mais caro”, dificultando o financiamento de novos projetos e a expansão das empresas. “Vale lembrar, que com maior custo de capital, há menor incentivo para investir, o que por consequência pode reduzir a geração de empregos e o crescimento econômico. Outro ponto, é que o consumo também tende a diminuir, dado o impacto negativo sobre o poder de compra dos consumidores, o que pressiona ainda mais as receitas das empresas”, destaca Sidney.

Souza Filho comenta ainda que a expectativa é a de que, para este ano, a taxa Selic continue sendo majorada, podendo chegar a 11,25%, ainda sob a presidência atual do BCB.

Mercado errou de novo previsão de inflação. Será erro, mesmo?

IPCA-15, prévia do IPCA de setembro, sobe apenas 0,13%

O IPCA-15 de setembro de 2024 contrariou a previsão do mercado financeiro – que esperava, em média, 0,3% – e ficou em 0,13%, acumulando 4,12% em 12 meses, abaixo dos 4,35% observados nos 12 meses imediatamente anteriores. Em setembro de 2023, a taxa foi de 0,35%.

Não é a primeira vez este ano que as projeções falham. O que leva muitos fora do mercado financeiro a perguntarem se não há um viés embutido nas projeções, influenciando as taxas de juros futuros e a decisão do Copom sobre a Selic.

O fato é que o principal impacto no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), divulgado pelo IBGE, veio do grupo Habitação (impacto de 0,08 ponto percentual), em especial da energia elétrica residencial.

“Esse cenário de inflação moderada pode influenciar a decisão

do Banco Central sobre a Selic, sinalizando que novas altas poderão continuar gradualmente em torno de 0,25 ponto percentual (pp)”, destaca Volnei Eyng, CEO da gestora Multiplike. “Precisamos entender que os últimos números relacionados à inflação vêm desacelerando, e pode ser que o mercado esteja pessimista demais com a alta da inflação e que não seja necessário ir tão longe quanto o mercado vem mensurando [sobre a taxa de juros], de uma maneira extremamente pessimista”, analisa.

Para Andréa Angelo, estrategista de inflação da Warren Investimentos, a prévia da inflação de setembro foi mais fraca que o esperado por conta de itens isolados, que devem ser devolvidos nas próximas divulgações, mas também trouxe notícias boas na parte qualitativa.

Os serviços subjacentes vieram abaixo do esperado, e a média dos núcleos seguiu a mesma

direção. Também os serviços intensivos em mão de obra surpreenderam para baixo; na métrica dessazonalizada e anualizada caiu de 4,43% para 3,79%. As surpresas altistas de foram os alimentos, destaca Angelo. A projeção da Warren para o IPCA (inflação oficial) de 2024 está em 4,6%, e de 2025, em 4,20%. A expectativa do IPCA de setembro caiu de 0,57% de 0,47%.

Para João Kepler, CEO da Equity Fund Group, o IPCA-15 surpreendeu o mercado e indica uma desaceleração em relação ao mês anterior. “Com uma taxa acumulada de 4,12% nos últimos 12 meses, a inflação permanece dentro do teto da meta do Banco Central, o que pode levar o Copom a considerar aumentos graduais na Selic, em torno de 0,25 pp. No entanto, o mercado pode estar excessivamente pessimista em relação à situação fiscal do país, o que deve ser considerado no cenário econômico.”

Lula espera fechar acordo entre Mercosul e UE no Rio

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva manifestou otimismo sobre a possível assinatura do acordo de livre comércio entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União Europeia (UE), que poderá ser finalizado na cúpula do G20, que se realizará em novembro, no Rio de Janeiro.

“Nunca estive tão otimista em relação ao acordo UE-Mercosul. Disse a Ursula von der Leyen (presidente da Comissão Europeia) que o Brasil está preparado para assinar o acordo”, destacou o presidente à imprensa após reunião em Nova York com Von der Leyen para discutir o assunto. “Agora a responsabilidade recai inteiramente sobre a União Europeia e não sobre o Brasil”, acrescentou.

Lula sublinhou ainda que, após três décadas de negociações, o documento poderá ser fechado durante a cúpula. “Eu também disse a ela: ‘Se você se preparar, podemos assinar durante a reunião do G20’. Ou, quem sabe, numa reunião de champagne na sede da União Europeia. Estamos preparados e acredito que o acordo irá adiante”, disse o presidente brasileiro.

O acordo de livre comércio entre o Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) e a UE é negociado há 30 anos. Em 2019, ambos os blocos anunciaram um acordo que deve ser ratificado pelos 31 países envolvidos, mas encontra resistência em alguns parlamentos, principalmente o da França.

O acordo é visto com ceticismo pela indústria, que vê prejuízo para o Brasil.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R\$ 5,4757
Dólar Turismo	R\$ 5,7050
Euro	R\$ 6,0955
Iuan	R\$ 0,779
Ouro (gr)	R\$ 468,13

ÍNDICES

IGP-M	0,29% (agosto)
	0,61% (julho)
	IPCA-E
RJ (junho)	0,38%
SP (junho)	0,38%
Selic	10,75%
Hot Money	-

Os gastos com educação estão vinculados a problemas estruturais

Por Rodrigo Bouyer

Educação, conforme a Constituição Federal, é um direito de todos. Ou seja, é dever do Estado garanti-lo. “Consideramos ilegítimas as leis não nascidas do seio da coletividade, não confeccionadas em conformidade com os processos prefixados pelos Representantes do Povo, mas baixadas de cima, como carga descida na ponta de um cabo”, disse Goffredo da Silva Telles, em sua Carta aos Brasileiros, em 1977.

Conforme relatório publicado no dia 10 de setembro pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre 2015 e 2021, o Brasil diminuiu o investimento em ensino em 2,5%. Os gastos por aluno representam um terço da média da OCDE. Há, a cada ano, menos recursos destinados à pasta.

Nos países que integram o grupo, essas despesas aumentaram cerca de 2,1% ao ano. A média de investimento público por aluno universitário no Brasil é de 13.569 dólares (R\$ 76,3 mil). Outras nações reservam aproximadamente 17.138 dólares (R\$ 96,3 mil). Argentina, Costa Rica e Chile estão à frente do Brasil no ranking.

Historicamente, o setor sofreu com a elitização daquilo que deveria ser um direito garantido a todos os integrantes desta república federativa. Os altos juros do Banco Central pressionam a dívida do Estado, que, este ano, atinge R\$ 7,1 trilhões. Quase um terço do orçamento é escoado no pagamento da dívida, o que pressiona os investimentos realmente necessários à população, como os da educação.

A ideia de uma política de austeridade afirma que o governo não pode ser

devedor de custos gerados por ele próprio. Mas políticas públicas têm de ser interpretadas como investimentos. Analisar a circunstância por uma ótica apenas financeira é o mesmo que não se preocupar com justiça social e com o futuro da própria economia. A equidade consiste em um equilíbrio que poderia ser decorrente de uma diminuição dos juros e de um consequente aumento de verbas destinadas à saúde e ao ensino, ambos necessários para o desenvolvimento nacional.

O Brasil tem a segunda maior taxa de juros do mundo, 10,50%. Tais despesas interferem nos títulos da dívida pública, os quais, por sua vez, convertem-se em renda para uma minoria mais rica da população, compondo um orçamento à parte, que não participa do Arcabouço Fiscal, nem da arrecadação tributária, onde estão previstos cortes

na saúde e na formação dos cidadãos. Trata-se do rentismo que também espreme o ensino. Enquanto isso, para outras instâncias que envolvem políticas sociais, o crescimento real de gastos terá um teto de 2,5%. Estima-se que cerca de R\$ 131 bilhões serão retirados dos dois setores (saúde e educação).

Fatores estruturais e econômicos que afetam o desenvolvimento social

Essa conjuntura mostra que o problema é estrutural, e sua raiz é política e econômica. Isso interfere diretamente no ramo das universidades públicas, comunitárias e privadas (com ou sem fins lucrativos).

A austeridade afeta todo o mercado educacional. Ocorre um efeito em cascata que prejudica as populações minorizadas, como a dos pretos, que serão os que

mais sofrerão com os cortes no segmento, pois estão entre os que mais estudam em escolas municipais e estaduais, as quais perdem subsídios, e cuja mão de obra é cada vez mais rechaçada de benefícios fundamentais. O mesmo ocorre nas IES (Instituições de Ensino Superior). Como decorrência, há um sucateamento na prestação de serviços das empresas privadas e públicas e consequente queda do acesso da população à educação de qualidade no país.

O salário mínimo dos educadores do ensino fundamental, ainda conforme o relatório da OCDE, por exemplo, é 47% menor do que é pago em outros países. Os profissionais da área trabalham, em média, 800 horas, diante das 706 horas registradas por seus pares. Equipamentos muitas vezes não estão preservados, e a qualidade cai na entrega de conteúdo.

O sistema apresenta fa-

lhas estruturais. Os discentes que não conseguem ingressar nas faculdades estaduais e federais tentam adentrar nas IES particulares com a expectativa de conquistar condições mais dignas de sobrevivência. Nas IES, são as instituições gratuitas de diversas naturezas que garantem a descentralização e a ampliação do acesso da população à educação.

Encerro com o preceito da CF de 1988, conforme o art. 5º: “O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigí-lo”.

Por Rodrigo Bouyer
avaliador do Inep
e sócio da Somos Young.

Gestão com preocupação ESG passará a ser obrigatória. Você sabia?

Por Roberto Gonzalez

O conceito ESG é de extrema importância para a sociedade e para o mundo. É preciso mitigar os efeitos da ação humana no solo, nas águas e na atmosfera. E as empresas devem se preocupar com isso, afinal são elas as responsáveis pelos maiores impactos na natureza e na sociedade. O problema é que até aqui o tema não tem sido levado muito a sério. Algumas companhias, de capital aberto ou não, até buscam se adequar ao novo conceito, mas a maioria não. Há quem se interesse pela sigla como estratégia de marketing com o objetivo de ganhar respeito, admiração, mas sem se mexer de verdade para tornar a atividade mais sustentável.

Mas os dias de “aplicação voluntária” do conceito ESG na gestão das empresas estão com os dias con-

tados. Pelo menos naquelas de capital aberto. Desde novembro de 2023 está em vigor a resolução CVM 193, que endossa as normas internacionais IFRS 01 e IFRS 02. Apesar de sua aprovação no ano passado, ela passou a valer no dia 1º de janeiro de 2024, estabelecendo novas diretrizes para os relatórios de sustentabilidade das companhias abertas registradas na CVM nas categorias A e B.

Essa divulgação é voluntária nos exercícios de 2024 e 2025 (com publicação em 2025 e 2026) e se torna obrigatória a partir de 2026 (com publicação em 2027). Sendo assim, é preciso que toda a área voltada à sustentabilidade fique atenta. Para ajudar nesta jornada de compreensão da resolução, o IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa) e o Chapter Zero Brazil elaboraram em conjunto um guia sobre as normas destinado aos Conselhos de Administra-

ção das companhias e departamentos afins. Material muito importante, que precisa ser lido com atenção e compreendido para a devida aplicação.

Como o próprio guia explica, o “principal objetivo das normas IFRS S 01 e S 02 é atender ao anseio dos investidores por informações confiáveis, comparáveis e conectadas com as demonstrações financeiras e que sejam estritamente materiais do ponto de vista financeiro”. Ambas as normas foram criadas pelo ISSB (International Sustainability Standards Board) com o objetivo de padronizar os modelos. Vale ressaltar que a resolução 193 faz parte do Plano de Ação de Finanças Sustentáveis para 2023-2024.

O IFRS S 01 exige que conste no relatório informações sobre todos os riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade. O IFRS S 02 estabelece divulgações relacionadas especificamen-

te ao clima, e foi criado para ser usado em conjunto com o IFRS S 01.

O manual feito pelo IBGC não deixa desculpa para atrasos

Até agora, os relatórios eram feitos conforme a visão de cada empresa, possibilitando a elas mascararem determinadas ações. As IFRS S 01 e S 02 chegam com a função de parametrizar as informações de forma que elas possam ser mais facilmente averiguadas por acionistas e investidores. Isso obrigará os Conselhos de Administração a tratarem o tema com muito mais seriedade.

Aderir à resolução já neste ano é uma decisão acertada. Até porque ganha-se experiência e conhecimento para não cometer erros básicos na elaboração dos relatórios quando eles se tornarem obrigatórios. Ela deter-

mina que os relatórios de sustentabilidade deverão ser assegurados por um auditor independente registrado na CVM. Com relação ao prazo para publicação do relatório de sustentabilidade, até 2026, as empresas deverão arquivá-lo no sistema da CVM em até cinco meses após o fim do ano fiscal, geralmente em maio.

A partir do segundo ano de adoção obrigatória, os relatórios devem ser publicados em até três meses após o encerramento do exercício social, ou na mesma data de envio das demonstrações contábeis (o que ocorrer primeiro). Isso garante que os relatórios de sustentabilidade sejam apresentados de forma tempestiva e alinhados com as demais informações contábeis-financeiras das companhias abertas.

Os acontecimentos recentes como o calor insuportável no hemisfério norte, as enchentes no Rio

Grande do Sul, a estiagem com inúmeras queimadas em praticamente todo o território nacional são a prova de que não dá mais para esperar a boa vontade das pessoas e das empresas. Há poucos anos era difícil pensar que rios amazônicos poderiam secar. Nos vangloriamos de termos uma das maiores reservas de água doce do mundo. Agora o que vemos é a água sumir. Todos nós temos culpa e por isso mesmo a CVM acertou em publicar a resolução 183.

Que os Conselhos de Administração sejam rápidos em colocar a nova regra em prática. E não tem desculpa para atrasos. O manual feito pelo IBGC é completo e de fácil assimilação. Só é preciso ler e... mãos à obra.

Roberto Gonzalez
é consultor de governança corporativa e ESG e conselheiro independente de empresas. É autor do livro Governança Corporativa – O Poder de Transformação das Empresas

Monitor Mercantil



Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à
ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R\$ 180,00
Plano anual: 12 x R\$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas



Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192



FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Pauta fiscal e lucros impulsionam bets

A divulgação pelo Banco Central de que 21% dos recursos pagos pelo Bolsa Família em agosto de 2024 foram parar nas bets (isso apenas via Pix, fora outras formas de pagamento) atçou os que acreditam que pobres só gastam os vultosos pagamentos assistenciais com bebida e jogos. Mas a realidade passa longe disso.

Em um mundo em que a desesperança cresce, e no Brasil sem um projeto nacional que una a Nação, a busca por atalhos se apresenta com força, exponencialmente fortalecida por influenciadores supostamente bem-sucedidos financeiramente.

Mas o que leva as bets a crescerem é uma junção de altos lucros dos donos com a pauta fiscal do ministro Fernando Haddad. Sem enfrentar os principais problemas do Estado brasileiro – os lucros excessivos dos rentistas que compõem o 0,01% da população à frente – Haddad se apega ao fiscalismo para manter o calabouço fiscal.

O resultado é estímulo à jogatina. Para uns, lucros; para o governo, arrecadação; para a população, um enganoso fio de esperança.

Previdência na China

De acordo com o Ministério de Recursos Humanos e Previdência Social chinês, 98% da população da China possui cartões de previdência social. O número de pessoas cobertas por seguro básico de velhice, seguro-desemprego e seguro contra acidentes de trabalho atingiu 1,07 bilhão, 245 milhões e 301 milhões, respectivamente.

O sistema de previdência social da China foi otimizado desde o 18º Congresso Nacional do Partido Comunista da China, realizado em 2012.

O país tem atualmente uma das menores idades para que trabalhadores se aposentem, dentre as principais economias mundiais: 60 anos para homens e 55 para mulheres (50 anos no caso de trabalhos pesados).

A mudança será gradual e deverá ocorrer ao longo de 15 anos. A idade de aposentadoria para os homens passará dos 60 para os 63 anos. Para mulheres, passará para 55 e 58 anos, conforme as funções que desempenhem.

Com o aumento da expectativa média de vida e a diminuição da força de trabalho no país, várias províncias registram déficit orçamentários no que se refere a pensão.

Rápidas

A pesquisadora catarinense Ana Marisa Chudzinski-Tavassi, diretora do Centro de Desenvolvimento e Inovação (CDI) do Butantan, tomou posse no início deste mês como membro titular da Academia de Ciências Farmacêuticas do Brasil (ACFB). Entre as contribuições de Ana Marisa, o desenvolvimento de biotecnologia em vacinas contra doenças de carrapato na pecuária, em parceria com a empresa Immunotick, afiliada à NTA Agro Investimentos *** O duo Gisbranco, composto pelas pianistas, compositoras e cantoras Bianca Gismonti e Claudia Castelo Branco, homenageia o cantor e compositor Chico César no show *Pássaros – Ao Vivo*, no Sesc São Gonçalo nesta sexta-feira, às 19h *** O Caxias Shopping (RJ) realizará a Campanha Adote um Pet em parceria com a instituição Gatinhos da Praça neste sábado, das 10h às 14h *** A Galinha Pintadinha e sua turma ficam até 30 de outubro na Praça de Eventos do shopping Multicenter Itaipu, na Região Oceânica de Niterói *** Nesta quinta, o Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da FGV realizará o webinar “Inflação sob a ótica do Índice de Preços de Gastos Familiares (IPGF)”. Inscrições: evento.fgv.br/indiceprecos_2609

Vale-refeição não acompanha alta da refeição

Benefício tem durado, em média, só 11 dias

De acordo com levantamento realizado pela Pluxee, o valor do vale-refeição durou, em média, apenas 11 dias entre janeiro e julho de 2024. Paralelamente, uma pesquisa da Associação Brasileira das Empresas de Benefícios ao Trabalhador (ABBT) revelou que os custos das refeições aumentaram significativamente neste ano.

Para garantir uma refeição completa em 2024, incluindo prato principal, suco e sobremesa, o trabalhador brasileiro precisa desembolsar, em média, R\$ 51,61. Esse cenário demonstra que uma parte considerável do salário mensal do trabalhador está sendo destinada para complementar a refeição.

A pesquisa também revelou uma queda contínua na durabilidade do vale-refeição ao longo dos últimos anos. Em 2019, antes da pandemia, o benefício durava, em média, 18 dias, cobrindo quase todos os 22 dias úteis de trabalho.

“Após a pandemia, com a inflação dos preços dos alimentos, bem como o aumento nos custos de aluguel, salários e encargos, água, luz, transporte, entre outros, tornou-se cada vez mais difícil para o trabalhador fazer com que seu vale-refeição durasse. Em 2022, esse pe-

ríodo caiu para apenas 13 dias; em 2023, reduziu-se ainda mais, para 11 dias, e permaneceu assim até 2024, conforme nosso levantamento. Vemos uma melhora no cenário econômico, mas, ainda assim, o setor alimentício segue em recuperação”, comenta Guilherme Carl, diretor comercial da Pluxee.

Ao mesmo tempo, a ABBT destaca que o custo de se alimentar fora de casa aumentou significativamente ao longo dos últimos anos. Em 2019, o trabalhador pagava, em média, R\$ 34,85 por uma refeição completa popular. Após a pandemia, em 2022, esse valor subiu para R\$ 40,64. Em 2023, os preços continuaram a subir, chegando a R\$ 46,60, e em 2024, o custo de uma refeição completa atingiu R\$ 51,61. Isso representa um aumento de 48,09% em comparação com os valores de 2019.

Nesse contexto, Guilherme aborda as estratégias adotadas pelos trabalhadores para esticar o valor do vale-refeição: “Diante do aumento dos preços das refeições e do vale-refeição que não acompanhou esse crescimento, os trabalhadores têm buscado alternativas para economizar na hora do almoço durante o expediente. Uma pesquisa realizada pela Pluxee, envolvendo

mais de 4.300 trabalhadores, revelou que as opções mais populares são os bufês com preço fixo, escolhidos por 33% dos entrevistados, onde é possível comer à vontade com previsibilidade no custo, e os restaurantes por quilo, também com 33% das preferências, que permitem personalizar uma refeição mais saudável, ajustar a quantidade e escolher opções que agradem ao paladar, tudo isso pagando um pouco menos.”

Ao analisar a duração do vale-refeição por estado, observamos variações significativas em todo o Brasil. Roraima registra a menor duração, com o benefício durando apenas oito dias, três dias a menos do que a média nacional. Logo em seguida, aparecem os estados do Acre, Alagoas, Mato Grosso, Pará e Piauí, onde o vale-refeição dura apenas nove dias. Nos estados do Maranhão, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Sergipe e Tocantins, o benefício se estende por 10 dias.

Os estados em que o vale-refeição tem a mesma duração da média nacional, de 11 dias, são Bahia, Goiás, Espírito Santo e Paraíba. Já nos estados com uma duração superior à média nacional, de 12 dias, encontramos Amazonas, Amapá, Distrito

Federal, Pernambuco, Paraná, Rondônia e Santa Catarina. Por fim, nos estados do Ceará, Rio de Janeiro e São Paulo, o vale-refeição dura 13 dias, enquanto Minas Gerais se destaca com a maior duração, alcançando 14 dias.

Já pesquisa mensal da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) apontou que o número de empresas que operam com prejuízo diminuiu em agosto. De acordo com o levantamento, 21% dos estabelecimentos registraram perdas no último mês, uma queda significativa em relação aos 26% observados em julho.

Ao mesmo tempo, o percentual de empresas que conseguiram fazer lucro aumentou de 39% para 42%, enquanto 36% mantiveram equilíbrio financeiro (1% não soube responder ou não existia em agosto de 2024). A pesquisa foi realizada com 2.041 empresários em todo o país.

Os dados refletem a melhora no movimento captada pelo índice Abrasel-Stone, que registrou um crescimento de 4% em agosto, revertendo a tendência de queda observada nos dois meses anteriores. O índice apresentou uma melhora em 22 dos 24 estados analisados e, em comparação ao mesmo período do ano passado, houve um aumento de 2%.

Agentes de IA: próxima grande onda da automação no mercado de capitais

A edição de setembro da Conexão Inovar, a newsletter da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), destaca a inovação e a transformação digital no mercado de capitais.

Segundo um relatório do Gartner sobre o impacto da tecnologia nas corporações, os agentes de IA são uma ponte entre o estado atual da IA e o futuro. O comportamento-chave aqui é “ter agência”, ou seja, ter a capacidade de intervir (agir) em processos com mínima supervisão humana, adaptando e executando ações para atingir objetivos em ambientes complexos.

A publicação afirma que os agentes de inteligência artificial são a próxima grande

onda da automação. “Eles são rápidos, trabalham em equipe e podem realizar diversas tarefas específicas sem intervenção humana”. Os agentes de IA seria uma nova geração sofisticada de entidades inteligentes apoiados por LLMs (Large Language Model) e orientados por dados de negócios.

O texto sublinha que os agentes de IA atuam de maneira autônoma, tomando decisões e realizando ações com base em dados e objetivos predefinidos em sua programação. Várias disciplinas da IA estão por trás da inovação: aprendizado de máquina, processamento de linguagem natural, visão computacional, robótica. “Munidos de um software avançado, os agentes conseguem interagir com o ambiente para captar e pro-

cessar dados e executar uma ação - tudo com um nível superior de eficiência e precisão”, revela o texto.

Se você já usou o Copilot, da Microsoft, ou o ChatGPT, da OpenAI, para escrever um e-mail ou uma proposta de negócios, já teve uma primeira experiência com assistentes de IA. “Mas o que está vindo no horizonte eleva o nível de sofisticação em processos de alto valor para o negócio e catalisa grandes transformações para as empresas”, argumenta o texto.

Essas entidades inteligentes de software poderão trabalhar de forma autônoma, semiautônoma ou coletiva e integrar sistemas multiagentes em uma ampla variedade de casos de uso. Alguns exemplos: sistemas

de IoT (Internet das Coisas) aplicados à manufatura e à agricultura; recomendação e inteligência preditiva para os serviços de finanças; e modelos inovadores de tutoria em educação.

A consultoria Gartner prevê que, até 2028, um terço das interações com IA generativa usará modelos de ação e agentes autônomos para concluir tarefas. “Agentes autônomos podem reduzir a necessidade de intervenção humana ao interagir com LLMs e reduzir a carga de trabalho sobre usuários corporativos em muitos setores, pois eles podem gastar menos tempo em engenharia de prompt avançada”, diz Arun Chandrasekaran, vice-presidente de análise e pesquisa global em IA do Gartner.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ESPECIAL DE CONSTITUIÇÃO DO INSTITUTO DE DEFESA DOS DIREITOS SOCIAIS E AMBIENTAL, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E PRODUTIVO, CULTURAL, ESPORTE E LAZER, PROFISSIONAL E PROMOÇÃO DA SAÚDE

Convoca-se todos os interessados para a Assembleia Geral de sua Constituição (fundação), a realizar-se em: **DATA e HORA:** 27 de setembro de 2024, às 08h00 (oito horas). **LOCAL:** Vigia, Pará. **ENDEREÇO:** Ramal do Porto Salvo S/N, bairro Vila de Itereua. CEP: 68.780-000, Vigia, Estado do Pará. com os seguintes assuntos: 1-Constituição do Instituto de Defesa dos Direitos Sociais e Ambiental, Desenvolvimento Econômico e Produtivo, Cultural, Profissional e Promoção da saúde; 2- Leitura, exame e aprovação do estatuto social e definição da sede da associação; 3- Eleição e posse da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. Vigia (PA), 23 de setembro de 2024.

Judson Raiol Palheta
Presidente da Comissão de Constituição

Assine o jornal
Monitor Mercantil
(21) 3849-6444

REGISTRO GERAL

Aislan Loyola
aislan.loyola@monitormercantil.com.br

FREUD e C.S. LEWIS – A peça teatral ‘A Última Sessão de Freud’, dirigida por Elias Andreato a partir da comédia do americano Mark St. Germain, que estreia nesta sexta-feira (27/9), no Teatro Adolpho Bloch, traz o encontro ficício entre Sigmund Freud (Odilon Wagner) e o escritor C.S. Lewis (Marcello Airoldi) para mostrar que é possível que duas pessoas que pensam absolutamente diferente, se sentem, conversem e se respeitem. Em São Paulo, o espetáculo recebeu indicações aos prêmios Shell, APCA e Bibi Ferreira, na categoria melhor ator (Odilon Wagner) e indicação de melhor cenário (Fábio Namatame) pelo Prêmio Shell. Na trama, Freud, crítico implacável da crença religiosa, e C.S. Lewis, renomado professor de Oxford, crítico literário, ex-ateu e influente defensor da fé baseada na razão (autor de clássicos como O Regresso do Peregrino e a trilogia infanto-juvenil As Crônicas de Nárnia), debatem de forma apaixonada, o dilema entre ateísmo e crença em Deus. Freud quer entender por que um ex-ateu, um brilhante intelectual como C.S. Lewis, pode, segundo suas palavras, “abandonar a verdade por uma mentira insidiosa”, tornando-se um cristão convicto. Local: Teatro Adolpho Bloch - Rua do Russel, 804, Glória, Rio de Janeiro. Temporada: 27 de setembro a 20 de outubro de 2024. Dias e horários: Sextas às 20h, sábados às 17h e 20h e domingos às 17h. Valor do ingresso: R\$ 120 (inteira), R\$ 60 (meia) e ingressos promocionais a partir de R\$ 21. Vendas online: www.freud.art.br

XXXIV AJORSUL - A XXXIV Ajorsul Fair Mercoóptica 2024 terá início nesta quinta-feira e termina no sábado (28/9), no Gramado Serra Park. Este evento anual, promovido pela Associação do Comércio de Joias, Relógios e Óptica do Rio Grande do Sul (Ajorsul) e Sindióptica-RS, se consolida como uma das mais importantes feiras de negócios dos setores no Brasil, reunindo compradores e fornecedores dos segmentos. Em sua 34ª edição, a Ajorsul Fair Mercoóptica proporcionará aos participantes, a atualização sobre as principais tendências do mercado e, principalmente, a possibilidade de fechar grandes negócios. Para facilitar a chegada dos visitantes à Gramado, a organização do evento oferece subsídio de 100% para o valor das passagens de ônibus entre Florianópolis/SC e Porto Alegre ou Gramado/RS. O benefício é válido para até duas pessoas por CNPJ, desde que sejam clientes compradores hospedados por intermédio da Ajorsul, mediante apresentação dos bilhetes.

ACQUA LAVANDERIAS - A Acqua Lavanderias Express continua sua trajetória de crescimento acelerado no Brasil. Inaugurada no final de 2023, a rede já contabiliza 104 unidades vendidas e 20 inauguradas nas cidades de São Paulo/SP, São José do Rio Preto/SP, Santo André/SP, Caraguatubá/SP, Mogi das Cruzes/SP, Dourados/MS, Rio Verde/GO, Ipameri/GO, Bacarena/PA, Balneário Arroio Silva/SC, Florianópolis/SC, Fortaleza/CE, Maués/AM, São Luis/MA, Curitiba/PR, Uberlândia/MG e Salvador/BA, a marca se consolida como uma referência em lavanderias express no país. O plano de expansão é ambicioso e a meta é alcançar 180 unidades vendidas até o final de 2024. A rede aposta em inovação tecnológica e no conceito de sustentabilidade, utilizando equipamentos de última geração que garantem eficiência energética e economia de água, fatores que têm sido determinantes para o sucesso e adesão dos franqueados.

BOLSA DE ESTUDO - A Constância Investimentos, gestora de fundos de ações e multimercados, e a Faculdade Belavista, acabam de anunciar uma parceria estratégica inovadora que visa promover a humanização e a responsabilidade social na educação financeira. Na prática, a Constância Investimentos concederá três bolsas de estudo no valor total de R\$ 45 mil para o curso de Economia da Faculdade Belavista. A colaboração também inclui o ciclo de palestras “Constância Talks”, que facilitará a troca de experiências entre executivos da Constância e professores da Belavista. Além disso, um programa de estágios de verão de oito semanas será oferecido aos alunos, com expectativa de selecionar cerca de dez estudantes. A colaboração une a excelência técnica e abordagem humanista oferecidas nos cursos da Belavista com a força de pesquisa e atuação da Constância no mercado financeiro. As inscrições para o vestibular serão aceitas até o dia 2 de outubro de 2024, com a participação dos alunos em três fases de seleção. Os candidatos podem se inscrever através do Vestibular Próprio com Vunesp, Nota do ENEM, e certificações Abitur, IB e SAT. A taxa de inscrição é de R\$ 145, e há a possibilidade de bolsas de estudo por mérito ou auxílio social.

Com maior acesso à internet, brasileiros compram mais no exterior

De acordo com pesquisas realizadas pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), em parceria com a Offerwise Pesquisas, o comércio digital parece ganhar cada vez mais protagonismo no país. Os dados indicam que 77% das pessoas compraram pelo menos uma vez em sites internacionais em 2023, seja pela variedade, raridade ou preços mais baixos.

Além das compras internacionais, 54% dos entrevistados adquiriram algum produto ou serviço digital no mesmo período. “A pesquisa nos mostra que 32% dessas compras são de cursos online, e-books, livros e apostilas. Trata-se de uma busca por capacitação e aperfeiçoamento crescen-

te. Se olharmos as motivações dessas compras, estão o desenvolvimento pessoal, profissional e o aumento de renda. Entendemos, portanto, que é preciso aumentar a oferta de formas de qualificação”, afirma Wesley Lima, gestor da plataforma Mercado Topográfico.

Outro dado apresentado é que 86% dos entrevistados responderam que utilizaram um aplicativo para efetuar compras, sendo a praticidade, rapidez, preços, ofertas e o acesso ao celular os principais motivos.

Já o Relatório Setores do E-commerce no Brasil, da Conversion apontou que no último mês, o comércio eletrônico nacional registrou tráfego de 2,5 bilhões, refletindo uma queda de 5,8% em relação a julho, marcando a quarta redução do ano.

No entanto, apesar dessa retração geral, três setores se destacaram com resultados positivos em agosto: cosméticos (1,6%), joias e relógios (0,7%) e esportes (0,4%).

Como observado, o setor de cosméticos apresentou o maior avanço. Entre os 18 segmentos analisados pelo relatório, as plataformas de beleza e perfumaria foram as únicas a mostrar crescimento contínuo nos últimos cinco meses. De abril a agosto deste ano, o varejo online de cosméticos cresceu 10,1%, conquistando 9,6 milhões de novos visitantes e totalizando cerca de 104,3 milhões em tráfego.

Esse avanço da indústria cosmética nacional alcançou seu auge em 2023. Segundo a Associação Brasileira da Indústria da Higiene Pessoal (Abihpec),

no ano passado, a balança comercial brasileira recebeu seu maior valor até agora, um superávit de US\$ 80,8 milhões.

O Brasil é o terceiro maior mercado consumidor de produtos de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos do mundo. Consumo que pode estar atrelado à busca por bem-estar, autocuidado e à forte influência de tendências virais nas redes sociais, que moldam o comportamento dos brasileiros. Ainda segundo o levantamento, os produtos de perfumaria e cosméticos são acessados majoritariamente pelo celular. Com 74% de tráfego, usuários preferem navegar por varejo digital de beleza em seus dispositivos móveis, por sua vez, 14% dos acessos são via aplicativo e 12% por desktop.

Contadores serão fundamentais com reforma tributária e nanoempreendedores

A proposta de reforma tributária no Brasil, aprovada pela Câmara dos Deputados e em tramitação no Senado, introduz a categoria de nanoempreendedor, um regime que isenta de impostos os pequenos negócios com faturamento de até R\$ 40,5 mil por ano. Essa mudança não apenas ressalta o papel dos contadores na orientação tributária, mas também abre caminho para a regularização de muitos empreendedores que hoje operam na informalidade.

Com a nova categoria, espera-se simplificar a gestão fiscal, permitindo que empreendedores com faturamento abaixo do limite do MEI possam formalizar suas atividades de forma mais ágil.

Cassius Leal, fundador e CEO da Advys Contabilidade, explica que os contadores terão um papel central ao orientar os empresários sobre as melhores opções tributárias, como a decisão entre permanecer no Simples Nacional ou migrar para o IVA (Imposto sobre Valor Agregado). O IVA, cobrado sobre o valor adicionado em cada etapa de produção, não é cumulativo, o que significa que tributa apenas o valor acrescentado, excluindo o que já foi pago anteriormente.

“A introdução do IVA pode marcar uma transformação significativa na forma como os tributos são apurados e recolhidos no Brasil”, afirma Leal. O especialista destaca que os contadores precisarão ava-

liar cada caso de maneira personalizada, considerando fatores como faturamento, estrutura de custos e o setor de atuação, para identificar o regime mais vantajoso para o cliente.

“Permanecer no Simples Nacional pode ser mais vantajoso para empresas menores e com baixa margem de lucro, enquanto o IVA pode beneficiar empresas que têm uma recuperação mais eficiente de crédito tributário. Mas isso varia de caso a caso”, pontua Leal.

Ele também alerta que é fundamental que os nanoempreendedores entendam suas obrigações fiscais e busquem uma gestão profissional para evitar complicações futuras com o fisco.

A formalização da categoria de nanoempreen-

dedor promete criar um ambiente de negócios mais competitivo e transparente. No entanto, esse cenário também traz desafios para os escritórios de contabilidade, que precisarão se adaptar para atender uma nova demanda de clientes com estruturas simplificadas.

A reforma tributária é vista como uma oportunidade de modernizar o ambiente de negócios no Brasil, facilitando o acesso de mais empreendedores a benefícios e promovendo uma maior conformidade fiscal. Com o suporte adequado dos contadores, a expectativa é que os pequenos negócios possam prosperar em um cenário mais favorável e menos burocrático.

Itaipu defende investimentos em pescada para combater fome e mudanças climáticas

O diretor de Coordenação, Carlos Carboni, representou a Itaipu Binacional na abertura do 6º International Fish Congress e Fish Expo Brasil, na noite desta terça-feira, no Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention, em Foz do Iguaçu (PR). Durante sua fala, Carboni defendeu os investimentos da Itaipu na cadeia do pescado. A Binacional é uma das patrocinadoras do evento e possibilitou a participação de 200 pessoas no congresso, como pescadores, piscicultores, estudantes, entre outros.

Para Carboni, a iniciativa de Itaipu de apoiar o

congresso se dá por três motivos. A questão da sustentabilidade nutricional da população brasileira é um deles, visto que o peixe é, atualmente, a maior proteína animal produzida no mundo todo. Daí a importância de investir não só na pesca, mas na produção do peixe, como as pesquisas da Itaipu sobre ração (bioflocos) e as iniciativas de produção em tanques-redes.

Outro motivo é a questão ambiental. “O debate acontece em um momento que a gente discute mudanças climáticas e que afeta diretamente a água. Ou na abundância, nas enchentes, ou na falta, com as secas. Es-

se equilíbrio, a preservação ambiental, é fundamental”, resumiu Carboni.

E ele conclui trazendo o ponto econômico, com a criação de uma cadeia produtiva da pesca que gera empregos e renda. Recentemente, conta Carboni, Itaipu assinou com o Itaipu Parquetec um convênio da ordem de R\$ 9 milhões para o desenvolvimento sustentável das comunidades pesqueiras na área de atuação da Itaipu.

O convênio vai oferecer assistência técnica, diagnósticos técnicos e socioeconômicos e a entrega de projeto conceitual de suporte à pesca e aquicultura nas colônias e associações lindeiras

ao reservatório de Itaipu, além de aquicultores de toda a região do Estado do Paraná. Devem ser beneficiados mais de mil pescadores/aquicultores de mais de 20 entidades.

“Também estamos em negociação com o Paraguai para a utilização do reservatório, futuramente, para a aquicultura. Estamos avançando os estudos técnicos de demarcação de áreas, sobre qual modelo utilizar, mas já fizemos uma série de estudos que demonstram que a produção de peixes, se realizada de forma ordenada e com manejo adequado, não traz prejuízo para a qualidade da água”, afirmou.

Contas públicas: comportamento em 2024 e perspectivas para 2025

Por Jorge Priori

Conversamos com Roberto Carline, estrategista-chefe do Banco Sofisa, sobre o comportamento das contas públicas em 2024 e suas perspectivas para 2025.

Qual a sua avaliação sobre as contas públicas em 2024?

Nós vemos a evolução das contas públicas e elas em si com preocupação, sendo que essa preocupação está mais atrelada a sua composição e administração do que a existência de um déficit. Eu coloco dessa forma, pois o Estado brasileiro ainda precisa ser grande, já que nós somos um país em desenvolvimento onde a sua influência acaba sendo um divisor de águas para alguns setores da economia.

Esse Estado grande deveria ter uma alocação de recursos mais eficiente, mas hoje, quando olhamos o orçamento, nós vemos que a imensa maioria dos gastos e das despesas são recorrentes, ou seja, não se está usando o capital do orçamento para o incentivo de investimentos produtivos. O Estado está atuando, essencialmente, na gestão da Previdência, tanto do INSS quanto do setor público, e nas despesas de funcionalismo, ou seja, ele está atuando na remediação, e não na construção de um futuro.

O Brasil deveria ter uma alocação maior de recursos para educação e saúde preventiva, pois quando se tem esses dois componentes melhor estruturados, a economia será movida, ao longo do tempo, para um patamar mais elevado em termos de geração de receita e empreendedorismo. A Embrapa e o Porto Digital do Recife são dois exemplos disso que estou falando.

O gasto existente é muito ineficiente, sendo que essa baixa eficiência acaba alimentando mais ineficiência no futuro, o que vai gerar um crescimento do PIB menos persistente ao longo do tempo. Com isso, a base de receita vai diminuindo, enquanto a base de despesa vai crescendo acima da inflação. Em algum momento, essa conta vai ficar tão distante para fechar que vai haver um problema de financiamento.

O que temos em 2024 é um gasto público direcionado para pilares que são importantes, mas que não geram eficiência para a economia, e uma arrecadação que não é persistente a longo prazo. Por mais que hoje estejamos bem, a trajetória não é positiva.

As ações do governo para aumentar a receita estão surtindo efeito?

No curto prazo, sim, mas as ações do governo não são sustentáveis, já que elas estão, efetivamente, com uma visão de suprir necessidades de curto prazo. Isso porque o aumento de impostos, ainda que pontual de alguns setores produtivos, traz uma ineficiência, já que tira um capital que poderia ser investido a longo prazo.

O setor privado tem que pagar impostos, não se discute isso, mas a carga tributária tem que estar em um ponto de tradeoff onde o imposto seja pago, mas haja excesso de recursos para serem reinvestidos na atividade produtiva. O problema é que esse ponto foi ultrapassado. Desta forma, resolve-se um problema para este ano, mas não se resolve a situação para 2026. Isso porque hoje se arrecada o suficiente para pagar as contas, só que para pagá-las daqui a dois anos será necessário aumentar a base de tributação, o que pode ser feito de duas formas: ou os pagadores de

impostos aumentam a sua geração de resultado ou se aumenta as alíquotas. O que se está fazendo hoje não é convidativo e não cria um movimento para o aumento de geração de resultados, pois o que está sendo feito é mexer com alíquotas. Vai chegar uma hora em que essa conta não vai fechar.

Uma inflação um pouco mais forte é benéfica para a arrecadação, pois quando se aumenta os preços, se aumenta o resultado da economia, o que aumenta a base de tributação e permite uma arrecadação maior, mas isso tira a capacidade de investimento e também de consumo. Como disse, essa conta só se resolve no curto prazo.

As despesas públicas estão tendo um comportamento coerente sob a gestão do atual governo?

Por um bom tempo, nós tivemos essa coerência, mas ela foi sendo perdida. No dia 30 de julho, nós tivemos um grande evento que foi a revisão do plano de contas e do orçamento através do qual vieram os cortes. Esse freio de arrumação foi feito para devolver a coerência que vinha sendo perdida.

O problema é que quando recebemos o relatório do quarto bimestre, nós tomamos um grande choque, pois a coerência que houve por um prazo de tempo, foi deixada de lado. Por exemplo, quando há uma liberação de R\$ 3,8 bilhões contra um contingenciamento de R\$ 2,1 bilhões, isso mostra que o governo se permitiu gastar mais.

Como acontece em países desenvolvidos, um gestor público tem que injetar dinheiro na economia, no âmbito assistencial, quando acontece um desastre ambiental, como queimadas, secas ou o ocorrido no Rio Grande do Sul, mas justamente no momento em que isso acontece, nós vemos as contas estão fragilizadas, nós vemos um gasto adicional na Previdência, que é algo que não pode ser controlado ou que possa ser cortado. A partir do momento em que se vê um gasto maior do que era projetado, se o governo quisesse manter a coerência, ele não liberaria R\$ 3,8 bilhões em recursos. Esse contingenciamento não poderia ter sido revertido.

Ao fim e ao cabo, o governo vinha mais ou menos coerente até um par de semanas atrás, mas essa coerência foi quebrada com essa atitude. Esse é um ponto de alerta muito grande. Mais uma vez: a maior atenção sobre o orçamento estava muito mais voltada para essa coerência do que para o número, já que o déficit zero não era crível.

Na sua avaliação, o Arcabouço Fiscal está sendo efetivo? Faça uma pergunta, pois R\$ 40,4 bilhões ficaram de fora da meta do resultado primário?

Desde que o Arcabouço Fiscal foi lançado, eu o interpretei como uma grande carta de intenção, pois ele não é uma estrutura sustentável a longo prazo. A partir do momento em que você faz uma regra através da qual se permite gastar mais, caso haja determinado nível de crescimento, você tem, por definição, um conflito de interesse. Isso porque o governo se permite gastar mais, mas não se compromete com os tipos de gastos e com os vetores de crescimento. Como isso será medido e quantificado por uma ótica de Arcabouço, colocou-se uma regra genérica que dá uma grande margem de manobra para a própria necessidade financeira do governo.



Roberto Carline

Como disse, o Arcabouço, como carta de intenção, é fantástico, mas o seu enforcement é muito baixo, já que esse é um alvo móvel que pode ser movido para um patamar do interesse do governo. Eu não estou falando isso numa perspectiva maquiavélica, no sentido de manobrar para defender um grupo ou uma ideia, mas por uma ótica de gestão efetiva. O problema dessa meta móvel é que ela gera um incentivo de curto prazo para ser cumprida, mas esse incentivo não garante uma consistência na trajetória de longo prazo.

Naturalmente, esses números são altamente discutíveis e já existem algumas projeções que apontam que esse mecanismo de meta pode nos levar a uma relação Dívida/PIB próxima a 90%, o que, para um país como o nosso, é muito alta por uma perspectiva de percepção de riqueza. O Arcabouço não trouxe um mecanismo de freios e contrapesos necessário para uma gestão macroeconômica prudencial.

Em quanto tempo a relação Dívida/PIB atingiria 90%?

Algo como 3 anos. A partir do momento em que a percepção de risco nessa trajetória aumenta, o mercado passa a cobrar uma taxa de juros mais alta para emprestar recursos ao governo. Quando isso acontece, você entra em uma espiral bastante corrosiva, que acaba acelerando o distanciamento do equilíbrio entre receitas e despesas, não com o pagamento do funcionalismo público, de aposentadorias ou de investimentos, mas com o pagamento de dívida.

Toda a discussão relacionada a bloqueio de despesas e contingenciamento recai sobre o Poder Executivo. Os Poderes Legislativo e Judiciário não deveriam participar dessa discussão?

Com certeza, pois como todos eles são representantes da sociedade brasileira, eles não podem se isentar da responsabilidade que têm perante a sociedade. Não adianta o Executivo mandar uma peça orçamentária, ela ser aprovada, para depois se encerrar com naturalidade, colocando um exemplo, as emendas Pix para atendimento de necessidades pontuais de região A ou B. Se essas necessidades existem, elas têm que ser apresentadas no momento de montagem do orçamento.

Pegando um exemplo mais genérico, o governo não deveria tirar do cálculo do Arcabouço Fiscal o contingenciamento para desastres naturais. Se R\$ 80 bilhões foram alocados e gastos, mas isso não estava previsto, há uma explicação. O orçamento estourou, mas se isso foi justo, vida que segue.

Leia a entrevista completa em monitormercantil.com.br/contas-publicas-comportamento-em-2024-e-perspectivas-para-2025

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE PENTATLO MODERNO

CNPJ: 04.892.274/0001-93
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ELEIÇÕES 2025 - 2028

De acordo com o estabelecido no Artigo 27 e no Artigo 33, item d, do Estatuto da Confederação Brasileira de Pentatlo Moderno, convocamos a Assembleia Geral Ordinária para reunir-se no dia 12 de outubro de 2024 às 10:00h, em primeira convocação e às 11:00h, em segunda convocação, no Hotel Grand Mercure, localizado na Rua Souza Lima, 48 - Copacabana, Rio de Janeiro - RJ, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: I - Eleição do Presidente e Vice-Presidente, para o quadriênio 2025-2028; II - Eleição de Membros Titulares e Suplentes para composição do Conselho Fiscal para o quadriênio 2025-2028; e III - Definição da data de posse dos eleitos na Assembleia. Ainda em cumprimento ao disposto no Artigo 24, § 1º, item b do Estatuto, apresenta-se a seguir a composição do Colégio Eleitoral. A confirmação da regularidade de cada Entidade para efeito do exercício do direito de voto obedecerá ao disposto no Relatório da Comissão Eleitoral de 08/08/2024, disponibilizado no site oficial da Entidade. A Comissão Eleitoral, antes do início da Assembleia, avaliará a situação de regularidade dos casos pendentes, descritos no mencionado Relatório, definindo, como consequência, a composição do quorum. São elas: Federação de Pentatlo Moderno do Estado do Rio de Janeiro; Federação Pernambucana de Pentatlo Moderno; Federação Rondoniense de Pentatlo Moderno; e Federação de Pentatlo Moderno do Estado do Paraná. Pelo presente, fica convocada a representação da Comissão de Atletas, sendo aplicados os seguintes critérios: - 02 (dois) Representantes, caso o comparecimento de Federações filiadas atinja o número igual ou superior a 04 (quatro). - 01 (um) Representante, caso o comparecimento de Federações filiadas seja inferior a 4 (quatro).
Rio de Janeiro, 10 de setembro de 2024.
Celso Sooma Sasqui
Presidente CBPM

COMARCA DA CAPITAL-RJ.

JUIZ DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL REGIONAL DA BARRA DA TIJUCA

EDITAL DE Nº. 2º. LEILÃO ONLINE e INTIMAÇÃO à LÚBIA VIEIRA CUNHA ALMEIDA e à JORGE ANTUNES ALMEIDA, com o prazo de 05 (cinco) dias, extraído dos autos da Ação de Execução (Processo nº 0824491-22.2022.8.19.0209) proposta por CONDÔMÍNIO CABEDELLO contra LÚBIA VIEIRA CUNHA ALMEIDA, na forma abaixo: O DR. DIEGO ISAAC NIGRI, Juiz de Direito da Vara acima, Faz Saber por este edital aos interessados, que nos dias **07.10.2024** e **10.10.2024**, às **12hs:10min**, através do site de leilões online: www.portellaleiloes.com.br, pela Leiloeira Pública **FABIOLA PORTO PORTELLA**, inscrita na JUCERJA sob o nº 127, será apregoado e vendido, o "Direito e Ação" ao Apartamento 103 - Bloco 03, do edifício situado na Rua José Fontes Romero, nº 242, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ.- Avaliação: R\$ 1.884.913,11 (hum milhão, oitocentos e oitenta e quatro mil, novecentos e treze reais e onze centavos).- O edital na íntegra está afixado no Átrio do Fórum, nos autos acima, no site www.portellaleiloes.com.br e no site do Sindicato dos Leiloeiros do Rio de Janeiro www.sindicatodosleiloeirosrj.com.br.

COMPANHIA BRASILEIRA DE DIQUES

CNPJ/MF nº 02.677.174/0001-19 - NIRE nº 3330026078-1

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

(lavrada na forma de sumário de acordo com a autorização contida no §1º do art. 130 da Lei 6.404/76)

I - Data, Hora e Local: Aos 24 dias do mês de setembro de 2024, às 11 horas, na sede social da empresa, localizada na Rua General Gurjão, nº 2, Caju, CEP 20.931-040, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. **II - Aviso de Convocação e Presenças:** Dispensado o edital de convocação face o disposto no artigo 124, § 4º, da Lei 6.404/76, dado a presença da totalidade de acionistas da Companhia, conforme se verifica pelas assinaturas lançadas no Livro de Presenças. **III - Composição da Mesa:** Na forma do Estatuto Social, assumiu a presidência da mesa diretora dos trabalhos a Sr. João Antônio Lopes Filho, o qual convidou a mim, Manoel Horácio Francisco da Silva, para servir de secretário, ficando assim composta a mesa. **IV - Encaminhamento e Deliberações:** IV.1. Após declarar aberta a Assembleia, a Sr.ª Presidente solicitou a leitura da Ordem do Dia, previamente distribuída a todos os presentes, com o seguinte teor: (i) Análise e deliberação da proposta da Diretoria para reduzir o capital social da Companhia, por julgá-lo excessivo, no montante de **R\$85.000.000,00** (oitenta e cinco milhões de reais), restituindo-se aos acionistas os valores de seus ingressos no capital social; (ii) Aprovar a alteração do artigo 5º do Estatuto Social, para refletir a deliberação acima; e (iii) Autorizar a Diretoria a promover a publicação da presente Ata, na forma de extrato, observando os procedimentos legais pertinentes. **IV.2.** Finda a leitura do Edital, o Sr. Presidente, dando seqüência aos trabalhos, submeteu à apreciação dos acionistas os assuntos constantes da ordem do dia. Encerradas as discussões, os acionistas, por unanimidade, deliberaram: (i) Aprovar a proposta da Diretoria para reduzir o capital social da Companhia, por julgá-lo excessivo, no montante de **R\$85.000.000,00** (oitenta e cinco milhões de reais), restituindo-se aos acionistas os valores de seus ingressos no capital social e a correspondente diminuição do valor das ações, mediante a quitação proporcional dos mútuos constantes no ativo realizável a longo prazo nesta data; (ii) Aprovar a alteração do artigo 5º do Estatuto Social, para refletir a deliberação acima, passando a vigorar com a seguinte redação: "**Artigo 5º - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 31.930.145,68 (trinta e um milhões, novecentos e trinta mil, cento e quarenta e seis reais e sessenta e oito centavos), dividido em 763.850 (setecentas e sessenta e três mil oitocentas e cinquenta ações ordinárias, todas sem valor nominal, de forma nominativa, totalmente integralizadas**". (iii) Autorizar a Diretoria a promover a publicação da presente Ata, na forma de extrato, observando os procedimentos legais pertinentes. **V - Conclusão:** V.1. Concluídas as deliberações das matérias em pauta e não havendo nenhuma outra manifestação, a Presidente encerrou os trabalhos desta Assembleia, da qual, para constar, foi lavrada a presente Ata que, após lida e aprovada, vai assinada pela Presidente, Secretário da Assembleia e pelos presentes. Rio de Janeiro, 24 de setembro de 2024. Acionistas: **1.** CBD - Administração e Participações S/A, representada por Augusto Araújo de Oms e Irajá Galliano Andrade. **2.** Fator Empreendimentos e Participações Ltda, representada por Nicolas Lagomarsino; **3.** João Antônio Lopes Filho. **4.** Manoel Horácio Francisco da Silva. Certifico que a presente é cópia fiel da original lavrada no livro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia Brasileira de Diques. **Mesa: João Antônio Lopes Filho - Presidente, Manoel Horácio Francisco da Silva - Secretário. Acionistas: CBD - Administração e Participações S/A - Fator Empreendimentos e Participações Ltda., João Antônio Lopes Filho, Manoel Horácio Francisco da Silva.**

ÁGUAS DO BRASIL SPE VII S.A.

CNPJ/ME nº 58.087.226/0001-26 NIRE 33.3.0035488-3

Ata da AGE. 1. Hora, Data e Local: As 12h de 23/08/2024, na sede social da Cia., localizada na Rua Marquês do Paraná nº 110, parte, Centro, na Cidade de Niterói, Estado do RJ. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia, de acordo com o disposto no § 4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Cia., conforme se constata da Lista de Presença de Acionistas (Anexo I). **3. Presença:** Presentes acionistas titulares de 100% das ações de emissão da Cia., conforme assinaturas em livro próprio e, ainda, os Peritos Pedro Henrique Rodrigues Paes, Anderson Xavier de Farias e Evelin Pessanha Quintanilha. **4. Mesa:** Presidente: Cláudio Bechara Abduche; Secretário: Lucas Magalhães Vasconcelos. **5. Ordem do Dia e Deliberações:** Por unanimidade de votos, observados os impedimentos legais, foram tomadas as seguintes deliberações: **5.1.** Aprovar a redução de capital da Cia. por julgá-lo excessivo, nos termos do art. 173 da Lei nº 6.404/76, em R\$ 153.151.000,00, passando o mesmo de R\$ 153.152.000,00 para R\$ 1.000,00, com o consequente cancelamento de 153.151.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, sendo 107.205.400 ações de titularidade da acionista Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., inscrita no CNPJ nº 09.266.129/0001-10 e 45.945.600 ações de titularidade da acionista SAM Ambiental e Engenharia S.A., inscrita no CNPJ nº 18.134.047/0001-03, sujeitando-se a redução de capital ora deliberada às condições estipuladas no art. 174 da Lei nº 6.404/76. **5.2.** Constar que a redução do capital social anteriormente aprovada será realizada mediante entrega à (i) Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., de Nota Promissória emitida por ela em caráter pro soluto em 03/07/2025, no valor de R\$ 107.205.400,00; e (ii) SAM Ambiental e Engenharia S.A. de Nota Promissória emitida por ela em caráter pro soluto em 03/07/2025, no valor de R\$ 45.945.600,00 pela acionista SAM Ambiental e Engenharia S.A. **5.3.** Aprovar a nomeação dos Srs. Pedro Henrique Rodrigues Paes, brasileiro, casado, contador, identidade nº RJ-126833/O-4 CRC/RJ e CPF nº 113.534.927-45, Anderson Xavier de Farias, brasileiro, casado, contador, identidade nº RJ-091850/O-5 CRC/RJ e CPF nº 022.482.407-40 e Evelin Pessanha Quintanilha, identidade nº RJ-109736/O-7 CRC/RJ e CPF nº 113.955.387-94, todos com escritório na Rua Marquês do Paraná nº 110, parte, Centro, na Cidade de Niterói, Estado do RJ ("Peritos"), os quais, previamente avisados, encontravam-se presentes à Assembleia e aceitaram o encargo e desde logo declararam-se em condições de apresentar laudo de avaliação das Notas Promissórias acima referidas a serem transferidas às acionistas em razão do cancelamento de suas ações. **5.4.** Aprovar, depois de lido e examinado, o citado laudo que avaliou as Notas Promissórias, no valor de R\$ 153.151.000,00, consoante o que consta do laudo, que, autenticado pela mesa, fica arquivado na sede da Cia., declarando-se efetivada a operação, ficando os Diretores desde logo autorizados a tomar todos os atos úteis ou necessários à efetivação da operação. **5.5.** Em razão do acima deliberado, alterar o *caput* do art. 5º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: "**Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 1.000,00 (um mil reais), dividido em 1.000 (mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal**". **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia, que foi aprovada pela unanimidade dos subscritores da Cia. **7. Assinaturas:** Cláudio Bechara Abduche, Presidente; Lucas Magalhães Vasconcelos, Secretário. Acionistas: Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. e SAM Ambiental e Engenharia S.A.; Peritos: Pedro Henrique Rodrigues Paes, Anderson Xavier de Farias e Evelin Pessanha Quintanilha. Confira com o original lavrado em livro próprio. Rio de Janeiro, 23/08/2024. **Cláudio Bechara Abduche** - Presidente; **Lucas Magalhães Vasconcelos** - Secretário.

FenaCap no Pacto de Promoção da Equidade Racial

A Federação Nacional de Capitalização (FenaCap) assinou na quinta-feira (19/09) um termo de cooperação com a Associação Pacto de Promoção da Equidade Racial. A iniciativa resulta em um protocolo ESG, que auxiliará a entidade e suas associadas em ações voltadas aos colaboradores e à comunidade em que estão inseridas. A participação neste movimento é voluntária.

A assinatura ocorreu às vésperas do Dia da Inclusão e da Diversidade no Setor de Seguros, celebrado nesta quarta-feira (25). Entre os objetivos do Pacto estão aumentar a equidade racial no mercado corporativo no Brasil e incidir na cultura e na estrutura organizacional de empresas, mobilizando as companhias para a agenda ESG; além de ampliar e qualificar o investimento social privado e fortalecer organizações negras. Para a FenaCap, a adesão ao Pacto é um passo crucial para a consolidação de ações efetivas, voltadas à diversidade e à equidade racial:

“Investir em promoção da equidade racial é uma medida urgente e necessária para que tenhamos uma sociedade cada vez mais pautada pelo respeito e pela diversidade. Um setor como a Capitalização, que está presente nos mais diferentes lares brasileiros, de todas as regiões do país, não pode ficar de fora de ações dessa natureza, e é por isso que a Federação assume aqui este compromisso”, afirma Denis Morais, presidente da FenaCap.

As empresas interessadas podem aderir à iniciativa por meio da assinatura do termo de parceria, divulgar sua participação no Pacto de Promoção de Equidade e calcular o seu respectivo Índice ESG de Equidade Racial (IEER), com o apoio de uma empresa certificadora. O objetivo é medir o desequilíbrio racial dentro das organizações. O Índice pode ser melhorado, por exemplo, com a adoção de ações afirmativas e com investimentos sociais em projetos e organizações pautadas em educação, cultura e outras frente de promoção social.

Grupo A12+ estará no 23º Congresso Brasileiro dos Corretores de Seguros

O Grupo A12+ vai receber os congressistas durante o 23º Congresso Brasileiro dos Corretores de Seguros, entre os dias 10 e 12 de outubro, no Expo Mag, Rio de Janeiro. Com um estande na Exposeg, o Grupo A12+ será representado pelo presidente, Renner Fidelis; José Alexandre Cid, diretor comercial; Evaldo de Paula, diretor de expansão; Flavio Lino de Paula, diretor de marketing e tecnologia; Carlos Hermida, diretor executivo A12+ Corporate; e por Wellerson Castro, diretor comercial, com a equipe de apoio comercial e de marketing.

A empresa vai promover ações dinâmicas para receber os participantes, com objetivo de compartilhar as soluções personalizadas sobre as verticais de negócios oferecidas e as suas condições diferenciadas. Apresentações interativas

com os executivos do grupo e os especialistas convidados; demonstração de produtos e serviços; networking facilitados, com a troca de contatos e o estabelecimento de parcerias comerciais; e a distribuição de materiais informativos, sobre os benefícios e diferenciais oferecidos pelo Grupo A12+.

“Promovido pela Fenacor, o Congresso Brasileiro dos Corretores de Seguros é uma excelente oportunidade de troca de conhecimento com os participantes e com os nossos parceiros. É gratificante participar do evento com toda a diretoria e o nosso time. Preparamos um ambiente inovador, para apresentar todos os benefícios aos corretores de seguros e as soluções oferecidas pelo Grupo A12+, para ampliar os negócios e transformar suas empresas”, concluiu o presidente Renner Fidelis.

Bahia recebe executivo do Grupo HDI Seguros

O presidente Fausto Dorea e a diretoria recebem os associados para um encontro de negócios com o vice-presidente comercial do Grupo HDI, Marcos Machini. O evento acontece no dia 03 de outubro, a partir das 19 horas, no Fiesta Bahia Hotel, em Salvador.

O Grupo HDI Seguros, composto pelas seguradoras HDI, Aliro e Yelum, é uma empresa que se destaca no mercado de seguros, oferecendo seguros de automóvel, motos, residencial e vida, e assistência 24 horas. Fundado em 1903, tornou-se um dos maiores grupos seguradores da Alemanha.

Cade aprova, com restrições, compra de ativos da Marfrig pela Minerva

Restrições à expansão do contrato se aplicam a cinco estados

A sessão de julgamento desta quarta-feira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou, com restrições, a aquisição pela Minerva de parte do negócio de carne bovina e ovina da Marfrig. A Minerva acertou compra de 16 plantas da Marfrig por R\$ 7,5 bilhões, mas terá que vender uma unidade em GO.

A operação, que envolve fábricas de abate e desossa e um centro de distribuição, localizadas no Brasil, Chile e Argentina, foi aprovada condicionada à adoção das cláusulas unilateralmente impostas pelo Tribunal, pois não houve celebração de Acordo de Controle em Concentrações.

Ao todo, a operação consiste na celebração de com-

pra e venda de 11 unidades de abate e desossa de bovinos no Brasil nos estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Goiás, Rondônia e São Paulo, além de uma unidade na Argentina e outra no Chile.

O conselheiro Carlos Jacques, relator do caso, apontou duas preocupações concorrentes: a supressão do limite de expansão da planta industrial em Várzea Grande, no Mato Grosso, e a alienação da planta de Pirenópolis, em Goiás.

Ainda de acordo com o relator, a aplicação de “remédios” unilaterais, nesse caso, é a alternativa mais adequada e proporcional para garantir a preservação de um ambiente competitivo equilibrado, sendo suficiente para mitigar os riscos

associados à concentração de mercado e prevenir a formação de posições dominantes, já que o mercado de abate e desossa de bovinos estavam entre as preocupações levantadas pelo conselheiro relator.

Obrigações

As obrigações impostas às representadas visam mitigar as preocupações concorrentes identificadas, sugerindo a aprovação da operação condicionada ao cumprimento dos remédios. O relator adota a sugestão da SG/Cade sobre o ajuste na cláusula de não-competição, propondo condições adicionais de maneira unilateral, dado que não houve a celebração de ACC no âmbito do Tribunal Administrativo.

A decisão do Tribunal determina que a Marfrig poderá aumentar sua capacidade de abate e desossa na fábrica de Várzea Grande, em Mato Grosso. A Minerva também deverá alienar a planta de Pirenópolis, em Goiás, antes devida pela Marfrig e objeto do Contrato de Compra e Venda. Essas ações deverão ser monitoradas de acordo com os procedimentos de fiscalização de compromissos previsto em resolução do Cade.

As restrições à expansão do contrato se aplicam aos estados do Pará, Rio Grande do Sul, Rondônia, Mato Grosso do Sul e Goiás. No entanto, a restrição na planta de Várzea Grande, Mato Grosso, não é válida, mas outras regras de cumprimento no estado ainda são.

BC esclarece como consultar valores a receber de empresas encerradas

O Banco Central (BC) passou a disponibilizar, a partir deste mês de setembro, o acesso ao Sistema de Valores a Receber (SVR) open_in_new para consulta de valores de empresas encerradas. Agora, o representante legal pode entrar no SVR com sua conta pessoal gov.br (nível prata ou ouro) e assinar um termo de responsabilidade para consultar os valores. A solução aplicada é semelhante ao acesso para a consulta de valores de pessoas falecidas.

A consulta não era possível antes, pois a empresa com o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CPNJ) inativo não tem certificado digital (e-CNPJ), requisito para acesso ao SVR de em-

presas, que é feito exclusivamente por meio de conta gov.br.

“A liberação da consulta de valores esquecidos por empresas encerradas faz parte do processo contínuo de aprimoramento do sistema. O Sistema de Valores a Receber (SVR) é fundamental para garantir que cidadãos e empresas tenham acesso a valores esquecidos ou não reclamados, promovendo transparência e simplificando a recuperação desses recursos”, destaca Maria Clara Roriz Haag, do Departamento de Atendimento Institucional (Deati) do BC.

Passo a passo

Uma vez no ambiente virtual do SVR, selecione o

menu “Valores para empresas encerradas”;

1. insira os dados solicitados da empresa – CNPJ completo e data de abertura da empresa;

2. leia e, se concordar, aceite o termo de responsabilidade;

3. verifique as informações acerca dos valores a receber em nome da empresa encerrada – a faixa do valor a receber, o nome da empresa, a origem do valor e os dados da instituição financeira para que você possa entrar em contato e solicitar a devolução.

Com essas informações, é preciso entrar em contato com a instituição financeira e combinar a forma de apresentar a documentação necessária para comprovar

que é representante legal da empresa encerrada e fazer o resgate. Vale destacar que, nesse caso, diferentemente do que se dá com pessoas físicas, não será possível solicitar o valor diretamente pelo sistema.

Golpes É importante ficar atento aos golpesopen_in_new! O BC reforça que não envia links nem entra em contato para tratar sobre valores a receber ou para confirmar dados pessoais. Somente a instituição que aparece no SVR é que pode contatar o cidadão, mas ela nunca vai pedir senhas. Todas as informações, inclusive as estatísticas, estão disponíveis na página Valores a Receber (<https://www.bcb.gov.br/meubc/valores-a-receber>).

Centro de Serviços Autorizado na Ásia-Pacífico para manutenção

A Embraer anunciou nesta quarta-feira que a SIAEP, subsidiária da SIA Engineering Company Limited (SIA-EC), tornou-se o primeiro Centro de Serviços Autorizado da fabricante na Ásia-Pacífico para manutenção, reparo e serviços de revisão para a família de aeronaves E-Jets E2 da Embraer. A SIAEP já atua como um centro de serviços autorizado na região desde 2017, focado na primeira geração de E-Jets e conta com três hangares localizados em Clark, nas Filipinas.

“A SIAEP tem sido uma parceira fundamental nos últimos anos e esse novo acor-

do torna a SIAEP ainda mais estratégica para o futuro da Embraer na Ásia-Pacífico, à medida em que a frota de E-Jets E2 cresce na região. Estamos muito satisfeitos com esse novo capítulo dessa parceria de longo prazo”, afirma Frank Stevens, Vice-Presidente Global de Serviços de MRO da Embraer Serviços & Suporte.

“Estamos muito satisfeitos em ampliar nossa parceria com a Embraer e em desempenhar um papel fundamental no apoio ao crescimento da empresa na região da Ásia-Pacífico. Esperamos fornecer serviços de manutenção básica eficientes e de qualidade para

a frota E2 em nossas instalações em Clark”, afirma Jeremy Yew, Vice-Presidente Sênior da Base de Manutenção da SIAEC.

A presença crescente da Embraer Serviços & Suporte é um desdobramento importante da estratégia de expansão da empresa na região Ásia-Pacífico, na qual companhias de Singapura, Austrália, Índia, Mianmar, Japão e China operam uma frota composta por aeronaves de nova geração E2 e E-Jets de primeira geração. A Scoot tem um pedido firme de nove jatos E190-E2 – dois iniciaram voos em maio deste ano, e mais estão por vir. A subsidiária da

Singapore Airlines (SIA) é a primeira operadora do E2 na região. Já a Virgin Australia anunciou um pedido de oito E190-E2 em agosto, com entregas previstas para o início do segundo semestre de 2025.

Não é esperado impacto material causado pela parceria nos ativos tangíveis líquidos por ação ou no lucro por ação do Grupo SIAEC para o exercício financeiro encerrado em 31 de março de 2025. Nenhum dos Diretores e acionistas controladores da SIAEC tem qualquer interesse, direto ou indireto, na parceria que não seja através das suas participações (se houver) na SIAEC.